

O PAPEL DO DOCENTE NA APROPRIAÇÃO E OPORTUNIZAÇÃO DA PAISAGEM URBANA COMO ESPAÇO FRUITIVO CRIADOR

*The teacher's role in the appropriation and opportunity of the urban
landscape as a creative fruitive space*

Eloíza Comério¹
Ciliani Celante Eloi Jeronymo²

Resumo: Este trabalho reflete as contribuições das políticas públicas, as manifestações do espaço urbano a partir do conceito de paisagem e Arte Urbana; enaltece o papel docente para despertar o sentimento de pertença dos estudantes da educação básica a partir do contato com o espaço público que o circunda; E oportuniza aos estudantes vivenciarem o conteúdo educação patrimonial, por meio do trajeto afetivo registrado a partir de atividades interativas. Esta ação educativa permitiu o diálogo "social", "educacional" e "cultural", através da intervenção docente, que objetiva fortalecer o processo de fruição criativa no espaço escolar a partir da exploração e conhecimento da paisagem urbana e de seus monumentos. Esta ação educativa no Ensino Básico, permitiu a "alfabetização do olhar", a construção de um trajeto afetivo e favoreceu a apropriação e a proliferação da Educação Patrimonial no currículo escolar, por meio de atividades interventivas na prática metodológica e no papel docente no ensino da arte.
Palavras-chave: Políticas Públicas, O papel do docente, Educação Patrimonial.

Abstract: *This work reflects the contributions of public policies, the manifestations of urban space from the concept of landscape and Urban Art. It enhances the teaching role to awaken the feeling of belonging in basic education students from the contact with the public space that surrounds them. It gives students the opportunity to experience heritage education content, through the affective path recorded from interactive activities. The object of this educational action allowed for 'social', 'educational' and 'cultural' dialogue, through teaching intervention, which aims to strengthen the process of creative fruition in the school space from the exploration and knowledge of the urban landscape and its monuments. This educational action in Basic*

¹ Mestranda em Artes pela Universidade Federal do Espírito Santo-UFES. Pesquisadora de Iniciação Científica (2019/2020) com ênfase em Arte Pública no LEENA/UFES (Laboratório de Extensão e Pesquisa em Artes). Graduada em Artes Visuais pela Universidade Metropolitana de Santos-UNIMES (2010); Graduação em Pedagogia Supervisão Escolar pela Faculdade Castelo Branco-FUNCAB(1999); Coordenadora Pedagógica na EEEFM Geraldo Vargas Nogueira-Rede Estadual de Ensino do Espírito Santo.

² Mestre em História e Crítica da Arte pela Universidade Federal do Espírito Santo e pesquisadora do Laboratório de Extensão e Pesquisa em Artes (LEENA/UFES) desde 2008. Desenvolve pesquisas nas áreas de Arte Pública, Patrimônio Cultural e Processos de Criação. Graduada em Artes Plásticas (2005) e Artes Visuais (2008), também pela Universidade Federal do Espírito. Atua como professora de artes da Educação Básica na Prefeitura Municipal de Vitória desde 2008 e como agente voluntária na gestão de projetos culturais da Orquestra Acadêmica do Instituto Federal do Espírito Santo desde 2019.

Education allowed the 'literacy of the look', the construction of an affective path and favored the appropriation and proliferation of Heritage Education in the School Curriculum, through intervention activities in methodological practice, and in the teaching role in teaching of art.

Keywords: *Public Policies, The role of the teacher, Patrimonial Education.*

Introdução

Podemos dizer que a parceria entre arte e paisagem acontece ao longo dos séculos, principalmente através da arquitetura, em suas várias possibilidades de atuação, sendo esta umas das principais formas de mediação humana. A paisagem natural, há tempos, deixou de ser apenas utilitária, reduzida à função de abrigo e segurança, passando a agregar, dentre suas funções, objetivos estéticos. Os vieses políticos e culturais demarcaram formas na paisagem e, em muitos momentos, se oportunizaram da vocação pública da arte para seus fins, assistiram, com a chegada do modernismo, a paisagem urbana ensaiar o direito de constituir-se sobre o viés de uma autonomia criativa, promovida pelas novas formas do pensar artístico, promovendo aos transeuntes um novo olhar sobre a cidade. Assim, no século XX, com a visibilidade de escultura pública como Arte Pública, em seus conceitos e práticas, e sua crescente afinidade com a cidade contemporânea, vimos, principalmente a partir de 1950, um movimento de vários setores no avanço de iniciativas de promoção do espaço público como espaço expositivo.

No Brasil, o reconhecimento das vantagens da abertura do leque do setor cultural potencializou e favoreceu as condições para que mecanismos substanciais de fomento à cultura fossem pensados. A partir dessa iniciativa, temos dois importantes marcos: a “Lei Sarney” e a Lei Federal 7.505/86 ³(1986 a 1990), substituída, posteriormente, pela criação da Lei Federal de Incentivo à Cultura – Lei Rouanet (1991), ambas dinamizadoras culturais. Entre ajustes e reformulações dessas leis, temos o aproveitamento do momento pelos artistas, e o exemplo seguido por muitos estados em fomentação à cultura e à produção artística local. Isso

³ Ler na íntegra em Memorial da Democracia, a Lei Nº 7.505, batizada de Lei Sarney, criou as bases de uma parceria entre o poder público e o setor privado para dinamizar a produção cultural. Acesso em 19/08/2022, em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/e-criada-a-1a-lei-de-incentivo-a-cultura>

favorece, diretamente, as cidades, em seu potencial como suporte de manifestações criativas, e reafirma iniciativas pontuais que já aconteciam no país.

Em Recife, por exemplo, podemos citar a Lei N° 14.239/80, que criou a obrigatoriedade de existência de uma obra de arte de artista brasileiro, em toda edificação acima de 2.000m², devendo estar em lugar de destaque e ser parte integrante da construção, o que, também, mais tarde, se tornou ancora para a criação da Lei Municipal N° 3644/90, no Espírito Santo, condicionando o “habite-se” do prédio à colocação de uma obra de arte.

Também em Recife, na década de 1990, temos a Lei N° 16.215/96,⁴ que institui o Sistema de Incentivo à Cultura, cuja finalidade é incentivar, difundir, valorizar, preservar as artes e o patrimônio cultural, através das mais variadas formas de expressão e manifestações artísticas, direcionando o incentivo somente para projetos com proposição de realizações em espaço público.

Problemáticas e aplicabilidades a parte, essas leis, assim como outras de perfis semelhantes que surgiram no Brasil, visavam, além do aproveitamento de artistas locais, a difusão de manifestações e obras de arte em espaço público e a oportunização de fruição artística ao transeunte, assim como a criação de uma espécie de museu semiaberto ao público, no espaço das cidades. Isso nem sempre parece estar se efetivando, exceto na experiência de Recife e, mais recentemente, de Florianópolis.

Portanto, se o século XX termina tentando fazer o dever de casa, as décadas que lhe sucedem trazem a escola para a rua. Nas unidades de

4 Ler na íntegra em Leis Municipais em Lei N° 16.215/96, que Institui o sistema de incentivo à cultura, concede incentivos fiscais a projetos culturais e dá outras providências, em: <https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/1996/1622/16215/lei-ordinaria-n-16215-1996> Acesso em 19/08/2022.

ensino, os projetos institucionais voltam-se à valorização do olhar sobre a rua, os lugares de passagem, seus pontos de afeto e a arte de rua em suas diversas manifestações. Os monumentos históricos e toda paisagem construída juntam-se a silueta geográfica da cidade como material e repertório criativo do aluno. Fato é que, há tempos, os artistas já retratam vivências em espaço público, a vida comunitária e a paisagem urbana. Alunos já eram levados a aperfeiçoar suas técnicas de desenho a partir da observação de perspectivas reais em seu entorno urbano/paisagístico.

Porém, o que ocorre, a partir da década de 2000, se difere, em dois fatores principais. O primeiro é a institucionalização educacional do reconhecimento sobre o aproveitamento dos espaços da cidade como lugar de fruição imagética criativa. Nesse termo, cidade e alunos são apresentados numa mediação lúdico estética, e a escola tem interesse de conhecer a cidade que habita no olhar do aluno. O segundo ponto diferencial é que, nessa mediação, a paisagem urbana não existe como objeto estático, posando para a exploração do artista, mas sim como um ambiente ativo, que convida à uma parceria, chama por interferências, busca por identificações e é completamente tocável.

Nesse segundo ponto, diante de uma a cidade que convida, chama e busca, o docente da educação básica torna-se seu porta voz fundamental, por caber a ele a oportunidade de situar o aluno no espaço conceitual contemporâneo, em que a voz da cidade lhe possa ser ouvida. Assim, o ensino da arte, centrado nos museus (corrente metodológica vigente a partir de 1999), ganha novos contornos, ao observar e mediar experiências estéticas fora dos espaços hegemônicos de exibição das artes e direciona-se, cada vez mais, para a dinâmica do ecossistema urbano.

Nessa nova perspectiva de mediação da arte, olharmos o entorno e percebemos os elementos urbanos, as edificações, o mobiliário urbano e tudo mais que intervém na apreensão do espaço. Ao nos aproximarmos

afetivamente desses espaços, percebemos as particularidades da paisagem, arquitetura e edificações encontradas na cidade. Em cada detalhe, pode existir uma história, um patrimônio a ser desvendado. Por meio de temas integradores, contidos no currículo escolar da educação básica, oferecido pelas redes de ensino e desenvolvida pela mediação dos professores de Arte, é possível fomentar a perpetuação das obras na memória histórica dos transeuntes/alunos por gerações, sendo o professor, no desempenho do seu papel e intervenção, o grande articulador da dinamização e extensão do espaço escolar, da apropriação e da oportunização da paisagem urbana de maneira criativa e inspiradora.

Apropriação do espaço Público

O que é público, nem sempre desperta o sentido de pertencimento no ser humano que o ocupa. Assim, somos corresponsáveis, como educadores da arte, por ações educativas e mediativas para que esses espaços coletivos e públicos sejam apreendidos, vivenciados e preservados pelos cidadãos e que estes, tenham o sentimento de pertencimento. Uma estrada, um parque, uma praça, um monumento, que pertença a todos, deve ser cuidado coletivamente. Nessa vertente, algo que é público deve ser reconhecido pela população como tal, mas, também, como algo que, de certo modo, lhe pertence. Esse contexto de Arte Pública é contemplado pelo currículo da educação básica e, desse modo, deve nortear a prática docente.

Ao explorarmos a cultura, os estudantes percebem que ela está, intrinsecamente, interligada ao ser humano e a sua linha evolutiva. As sociedades desenvolveram, ao longo dos séculos, patrimônios deixados como legado, recheados de cultura material construída e imaterialmente aprendida, ensinada e repassada de geração em geração. Esse acervo público construído passou a ser uma herança social e cultural que deve

ser mediada, no espaço escolar, pelo professor.

Muito se discutiu e se refletiu a respeito de Esfera Pública e da Arte Pública. Os desejos políticos e populacionais são envolvidos ao longo da história, mas, abordar esta mediação do espaço público e suas intervenções na escola nos rememora longas discussões e críticas a respeito das obras monumentais construídas nos espaços públicos.

Os monumentos, por sua vez, compõem o acervo artístico e cultural, catalogados até os dias atuais. As magníficas construções, consagradas pela humanidade, clamam por proteção e preservação, a partir de ações e recursos financeiros angariados tanto por orçamentos públicos quanto pela memória do patrimônio imaterial. De acordo com Pollak⁵ (1992, p.3), alguns acontecimentos regionais traumáticos, ou pessoas, personagens, locais, monumentos e lugares, podem nos conduzir a “projeções de outros eventos”, “transferências por herança”. Como aponta Pollak, a memória “é seletiva”, já que nem tudo fica gravado. Pollak ainda enfatiza que essa memória é um “fenômeno construído” individualmente, e tem uma ligação com o sentimento de pertencimento e de “identidade”. Portanto, um sentimento constituinte da identidade, tanto individual quanto coletiva.

É curioso constatar que o acervo público pode revelar valores estéticos e históricos. Sentimentos, memórias afetivas boas ou ruins nos sujeitos. É notório o potencial poder que o professor da educação básica possui para identificar o sentimento despertado por um monumento, uma obra pública, ou a opinião pessoal acerca de um legado cultural externado pelo estudante. Ao trabalhar o tema, é possível identificar esse sentimento afetivo.

Quando os estudantes veem as imagens das obras em projeção em uma

⁵ Ler em POLLAK Michael, Memória e identidade Social, Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, p.200-212.

sala de aula, para apreciação, um acervo das mais diversas culturas (regionais, mundiais), eles emitem opiniões, falam abertamente dos sentimentos e tradições despertados. Alguns estudantes versam positivamente suas preferências para com monumentos comuns, temas, fatos históricos, populares, lendários, de interesse público, que são elucidados a partir dos valores da personalidade ou fato em si. Outros geram polêmicas, por anacronia, por estranheza, repúdio e ainda por incompreensão.

Diante o exposto, questionamos: É possível que a “Arte” e o “trabalho formativo do professor de Arte” dentro da escola sejam capazes de despertar e acionar as esferas afetivas em Arte Pública, dentro da educação formal, contemplada pela Base Nacional Comum Curricular? Acreditamos que sim e compartilharemos algumas experiências neste sentido de aproximação afetiva com os monumentos urbanos.

Proximidade e percepção pública com a arte urbana: construções do afeto

A noção básica sobre a cidade como paisagem e a proximidade com o tema devem ser ponto de partida na percepção da arte pública. A proximidade (o viver) é importante, visto que, quanto mais próxima a cognição, o espaço geográfico e a familiaridade de uma pessoa, mais significativa será sua aceitação estética. Deleuze (2002, p.56) destaca que “em termos de adequação percebida’ e afetiva, a ‘forma de ‘afetar’ subjetivamente e ‘espiritualmente o público” em relação a obra erigida.

Segundo Zebracki (2011, p.306), a apropriação social, o local de sua instalação e o diálogo com os interesses do público/transeunte, garantirá a significação, o sentimento de pertencimento e a memória histórica a ser desenvolvida acerca da obra. É evidente que as relações entre as proximidades constituem um “tecido de percepção entrelaçado”.

É sabido que é possível despertar uma relação de afeto no estudante/sujeito/transeunte. Espinoza (1978) destaca dois termos distintos e com diferentes significados, o *affectus* (afeto) e *affectio* (afecções). De acordo com Deleuze (2002, p. 56) a “Afecção remete a um estado do corpo afetado e implica a presença do corpo afetante, ao passo que o afeto remete à transição de um estado a outro, tendo em conta variação correlativa dos corpos afetantes.”

Podemos, então, presumir que o afeto e a afecção se interligam e que a “afecção” (*affectio*), é um estado momentâneo do corpo, e o “afeto” (*affectus*) é a passagem, uma transição de um estado para outro. Portanto, entendemos que desenvolver a alfabetização do olhar, partindo da exposição de obras na cidade e analisando como são estabelecidas as relações de afeto entre as obras urbanas (governo) e seu público (cidadãos), pode levar a uma prática docente significativa e que corrobore com a permanência das obras e da cidade.

Deleuze acredita que é possível abordar o conceito das relações de afeto, bem como de ampliar o sentido da arte como criadora de sensações e experiências. Ao utilizar as diversas linguagens artísticas, o artista, como parte do ecossistema urbano, é responsável por apresentar, inventar e criar “afetos” nas pessoas e, portanto, “somos afetados e nos transformamos através da produção de suas obras”. A obra de arte se transforma em um “bloco de sensações, isto é, um composto de perceptos e afectos”, segundo Deleuze e Guattari (1992, p. 213-227). Esses afetos não são sentimentos, mas “devires” que se referem ao conteúdo próprio do desejo. Deleuze coloca o “devir”, e não o ser, como constituinte da realidade, visto que a realização depende do desejo e da transformação. “A sensação não se realiza no material, sem que o material entre inteiramente na sensação, no percepto ou no affecto. Toda matéria se torna expressiva”.

Assim, para os autores, independentemente do gênero artístico, toda

subjetividade é expressa por meio de sensações e estas se tornam aliadas, uma vez que o espectador apreende, produz e reverbera a partir da obra de arte, carregada de afetos, os conceitos para além do visível. Esses afetos são sentimentos diversos que despertam algo bom, ruim ou indiferente.

Entretanto, Deleuze não visou entender apenas a arte ou o sujeito, mas ver, através das linhas de fuga, como o sujeito se modifica e ultrapassa o regimento das instituições demarcadas pela sua normatização, o que Spinoza (1978), em sua filosofia cerceada pelo olhar atento e cuidadoso, direciona ao campo da experiência e da manifestação, o processo das relações humanas estabelecidas, nesse caso, através da produção de arte urbana.

Portanto, buscamos, neste artigo, refletir sobre o despertar a "alfabetização do olhar",⁶ partindo da exposição dos patrimônios urbanos e analisando como são estabelecidas as relações de afeto entre as obras patrimoniais e o público cidadão de estudantes.

Ação educativa: atravessamentos do afeto.

Experiência no contexto capixaba: formação de professores

Mediando práticas educacionais, metodologias diferenciadas e a intervenção direta do professor, realizamos a construção de uma intervenção "afetiva", mediada por professores de artes, no contexto capixaba. Na ação, foi proposta uma integração de conteúdos sobre a Arte Urbana (os caminhos que ela abrange, seu alinhamento com as demais áreas de conhecimento e sua conexão tecnológica). Para essa ação educativa, os professores participaram de uma formação online

⁶ Com o texto ZEBRACKI Martin Além da artopia pública: a arte pública percebida por seus públicos. Geojournal 2013, p.123.

sobre o tema "Arte Pública Capixaba", promovida pelo Laboratório de Extensão e Pesquisa em Arte da UFES-LEENA, a qual forneceu subsídios e estratégias para apropriação e popularização dos conhecimentos gerados sobre a arte capixaba, em especial as situadas nos logradouros urbanos, objetivando introduzir o debate sobre o campo teórico-prático da arte pública e suas fronteiras, no sentido de compreender e conhecer as obras situadas em espaços públicos do Espírito Santo. Essa formação tomou, como base inicial, o inventário dos Patrimônios da Arte Urbana identificados, catalogados e disponibilizados no site "Arte Pública Capixaba da UFES". Integraram essa primeira formação 101 professores de diversas cidades capixabas, incluindo uma professora de Campos (RJ). Essa formação, proporcionada ao professor, favoreceu a ampliação do olhar pedagógico, a partir de vivências que despertaram a sensibilidade do olhar sobre o próprio território, os trajetos e pontos de vivências, bem como o entendimento dos conceitos da arte pública não estática ou silente, mas com infinitas possibilidades, formas, pontos estratégicos que despertaram diálogo e aproximação com seu público local. A partir dela, foi possível registrar a importância do papel do professor na intervenção e no despertar do interesse por parte dos estudantes acerca do tema.

Essa ação educativa iniciou-se com uma formação promovida a partir do acervo digital disponibilizado pelo LEENA- UFES, a partir do inventário de Arte Urbana no Espírito Santo. Foram realizados encontros síncronos e atividades assíncronas postadas no Google Classroom. A partir desses encontros, foi disponibilizado aos professores atividades assíncronas e orientado que as realizassem com seus estudantes da educação básica, especificamente a atividade "Olhando meu percurso diário".

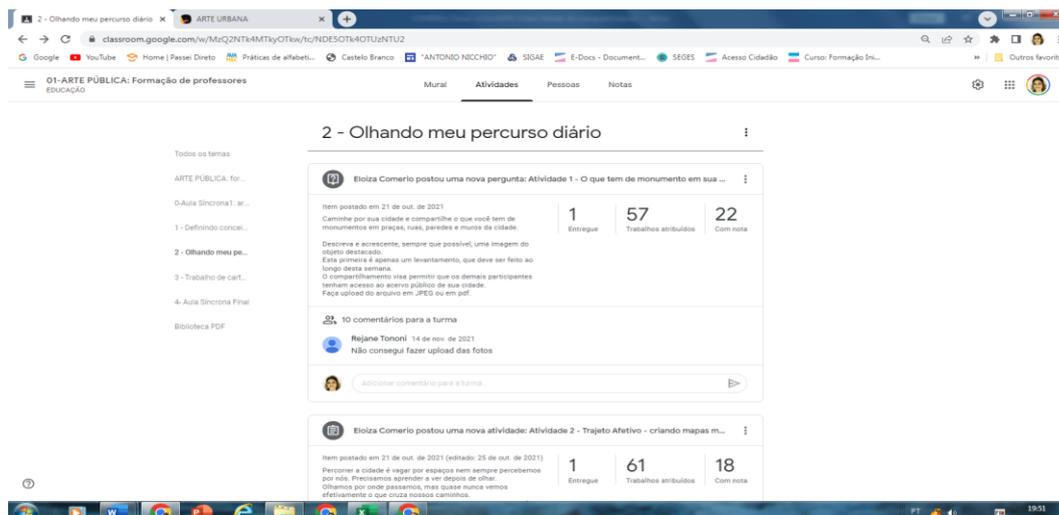


Figura 1. Captura da página do classrrrom, Acesso em 06/05/2023, com a descrição da atividade realizada na formação docente promovida pelo LEENA-Laboratório de Pesquisa e extensão em Arte- Arte Pública: Formação de Professores. Fonte: Turma 1 Classroom Google. 25/10/2021

Essa atividade propunha uma reflexão sobre a Cidade, acompanhada por um texto que despertava o desejo de percorrer com atenção o trajeto diário. Os professores, nas avaliações, relataram que esta atividade aguçou o desejo de olhar o entorno do seu ambiente. Sabemos que percorrer a cidade é vagar por espaços nem sempre percebidos por nós. Precisamos aprender a ver depois de olhar. Olhamos por onde passamos, mas, quase nunca, vemos efetivamente o que cruza nossos caminhos. O exercício de sentir a cidade como um organismo é a oportunidade de rever nossos percursos e o que percebemos deles. Selecionando um de seus trajetos do dia a dia, os participantes realizaram a experiência e descreverem seu deslocamento para a escola ou outro espaço público, registrando esta vivência através da técnica de lápis de cor sobre papel.



Figura 2. Ilustração do trajeto afetivo do cursista. Técnica desenho com lápis de cor sobre papel em 25/10/2021 de autoria ROSA E, colorido em tons verdes, marrons, amarelo, azul, branco e rosa, com ruas, casas, lojas e pontos comerciais, destacadas os nomes das cidades Campos, Itaoca e Cachoeiro.

Para finalizar esta vivência, por meio do exercício visual, os envolvidos na atividade foram convidados a realizar um mapa afetivo no aplicativo online Padlet, cujas imagens foram selecionadas por suas percepções urbanas, despertadas pelo “olhar”, culminando na produção coletiva do mapa afetivo, fruto da formação docente:

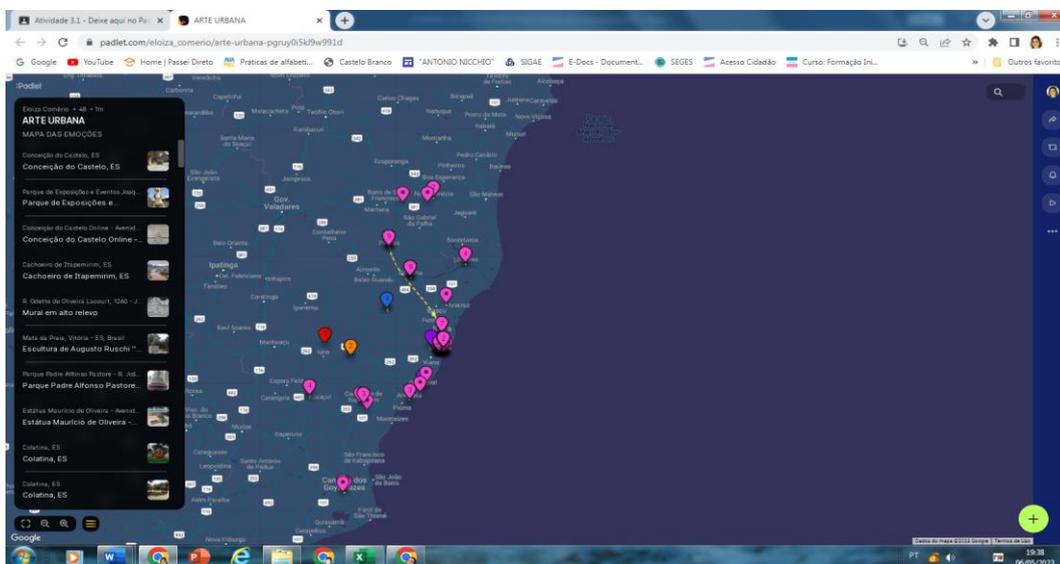


Figura 3: Disponível em: < https://padlet.com/eloiza_comerio/arte-urbana-pgruy0i5kl9w991d > Acesso em: 11 ago. 2022. Captura de tela da página do Padlet Arte Urbana em Construção Coletiva, com menu esverdeado sobre fundo roxo, mapa afetivo dos limites do Estado do Espírito Santo, com pontos de localização dos monumentos urbanos.

Foi notório perceber o despertar da sensibilidade e da apropriação do saber do espaço público por cada sujeito envolvido. Vários foram os depoimentos acerca da realidade, como destacou o estudante "B.B.S":⁷ "Nunca tinha parado para perceber quantas obras tem ao longo do trajeto diário que eu percorro."

Diante do exposto, respondemos ao questionamento: será possível que a "Arte" e o "trabalho de Arte" dentro da escola sejam capazes de despertar e acionar as esferas da educação patrimonial dentro da educação formal contemplada na Base Nacional Comum Curricular? A resposta é positiva.

De fato, utilizando práticas educacionais com atividades interativas e metodologias práticas, é possível fomentar a construção de uma intervenção "afetiva", que pode afetar os estudantes, sujeitos transeuntes do espaço público; cabendo o sentimento despertado seja positivo ou não, ser mediado por professores de Arte no contexto de sua localidade. Recomendamos, assim, uma integração de conteúdos sobre a Arte Urbana, os caminhos que ela abrange, seu alinhamento com as demais áreas de conhecimento e sua conexão tecnológica. Essa atividade demonstra que propostas assim enaltecem o papel do docente na apropriação e oportunização da paisagem urbana como espaço frutivo criador dos estudantes.

Conclusão

Após a realização da ação educativa a partir do conteúdo curricular de educação patrimonial, aplicado em sala de aula, percebemos que foi possível estabelecer um diálogo com os alunos, promovendo, através da aula expositiva dialogada com as relações de "afeto", memória, herança e

⁷ Siglas ilustrativas do depoimento do estudante menor.

identidade coletiva, através da mediação entre os conceitos de Arte Urbana, Patrimônio da Humanidade e o conhecimento adquirido pelos alunos/sujeitos.

A partir da apropriação dos conceitos, iniciamos a ação educativa utilizando metodologia empírica científica, perpassando pelos conhecimentos pessoais e a pesquisa que resultou na produção prática de um mapa com trajetos afetivos em mídia visual, cujo conteúdo despertou o interesse dos alunos/sujeitos para selecionar e apresentar um ou mais obras e monumentos urbanos, localizados geograficamente em seu percurso, fortalecendo o sentimento de preservação e o despertar de uma identidade coletiva, a partir do conhecimento histórico das obras, a importância da herança recebida, registrada e repassada através da memória por estes estudantes.

O resultado almejado nesse processo foi alcançado através da construção de um padlet virtual dos trajetos afetivos com os acervos de suas preferências. Isso permitiu identificar, conhecer e classificar cada obra urbana, bem como garantir o sentimento de afeto e o perpetuar do senso de proteção e preservação desta memória patrimonial cultural, percebendo a importância da inserção da educação patrimonial no currículo escolar, oportunizando a todos os alunos/sujeitos e protagonistas sociais a oportunidade de estabelecer uma relação de afeto com a Arte Urbana, a educação patrimonial, legado da história construída geograficamente pela territorialidade humana, possibilitando o desenvolvimento e a ressignificação da educação patrimonial para além do ensino formal ofertado pela escola.

Essa ação enalteceu o papel do professor, tornando possível o despertar afetivo dos patrimônios da humanidade na memória e sua perpetuação histórica, contada e recontada por intermédio da população, sendo parte integrante da cultura e dos hábitos do passado, repassados no presente e reverberados no futuro, a serem de fato trabalhados no espaço escolar.

Referências

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **O que é a Filosofia?**. Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. **Aula sobre Spinoza**. 1978. Acesso em 19/08/2022. Disponível em: <https://www.webdeleuze.com/textes/194>

POLLAK, Michael. **Memória e identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992.

Recebido em: 06 de maio de 2023.

Publicado em: 09 de agosto de 2023.